

METALEXICOGRAFIA E TOPONÍMIA: UMA PROPOSTA DE INSERÇÃO DE NOMES DE CIDADES EM DICIONÁRIOS ESCOLARES

Pedro Antonio Gomes de Melo¹

RESUMO: Este artigo objetiva discutir o não acolhimento dos topônimos no texto lexicográfico de dicionários escolares monolíngues impressos em português, à luz das teorias interdisciplinares da Linguística: a Toponímia e a Metalexicografia, propondo sua inserção com a justificativa de que estas unidades lexicais não são registros raros de uso da língua, tanto em sua modalidade oral como escrita, mas, pelo contrário, são vocábulos comuns e frequentes, e mais, não são usadas apenas com a função identificadora como elementos de referência espacial, mas, sobretudo, como elemento pragmático e discursivo de organização social e espacial. Sendo assim, são veículos de cultura, marcam influências, usos e costumes, atitudes, tradições e falares, atuando na construção de sentidos, ressaltando a relação simbólica de caráter línguo-cultural na ação de nomear lugares. Logo, os nomes de cidades deveriam ser alçados à categoria de palavra-entrada de verbetes nestas obras lexicográficas pedagógicas.

Palavras-chave: Metalexicografia, topônimo, dicionário escolar.

METALEXICOGRAPHY AND TOPONYMY: A PROPOSAL FOR INCLUSION OF CITIES NAMES IN SCHOOL DICTIONARIES

ABSTRACT: This article aims to discuss the non-reception of place names in lexicographical text monolingual school dictionaries printed in Portuguese, in the light of interdisciplinary theories of Linguistics: the Toponymy and Metalexicografia, proposing, for their inclusion on the grounds, that these lexical units are not rare records of language use, both in oral and written form, but, instead, are common and frequent words; and more, they are not only used with the identifying function as spatial reference elements but, rather, as pragmatic and discursive element in the social and spatial organization. Therefore, they are vehicles of culture, they mark influences, customs, attitudes, traditions, and dialects, acting in the construction of meaning, emphasizing the symbolic relationship of lingual-cultural character in the action of naming places. This way, the place names should be raised to the entries of the word-income category in these pedagogical lexicographical works.

Keywords: Metalexicography, toponym, school dictionary.

¹ Mestre em Linguística. Professor da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Considerações iniciais

Ao nomear cidades, o homem constitui um recorte do léxico toponímico², estabelecendo uma conexão línguo-cultural entre a localidade e o nome a ela atribuído, em que as partes formam um todo representativo.

Estas escolhas lexicais recebem influências linguísticas e extralinguísticas, podendo ser únicas ou combinadas, representando uma projeção aproximativa do real, e evidenciam a realidade do ambiente físico e antropocultural de uma dada região, na medida em que revelam características da vegetação, hidrografia, fauna, condições de solo e relevo, como também crenças, ideologias, fatos políticos, culturais, históricos e linguísticos.

Esta prática de nomear localidades é dinâmica, culturalmente constituída e socialmente situada. Ela pode revelar os efeitos da sociedade sobre o linguístico e a maneira pela qual o mundo nele se representa, sobretudo em seu acervo lexical, refletindo e refratando o modo de ver a realidade exterior e a forma como seus sujeitos sociais organizam o meio que os circunda, em seu trato diário com a língua.

Sendo assim, é possível perceber como os falantes se valem da língua em sua multimodalidade para representar o mundo a sua volta e como o contexto extralinguístico é um relevante fator no processo de aquisição e ensino/aprendizado do léxico.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma localidade consiste em todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes, podendo ser classificada como: Capital Federal, Capital, Cidade, Vila e Aglomerado Rural (aglomerado rural de extensão urbana e aglomerado rural isolado, povoado, núcleo, lugarejo).

Neste artigo, refletiremos no âmbito dos nomes atribuídos às unidades político-administrativas municipais (cidades), compreendidas como unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, criadas através de leis ordinárias das Assembleias Legislativas de cada Unidade da Federação e sancionadas pelo Governador. (IBGE, 2016)

² Neste artigo, usamos a expressão léxico toponímico como equivalente do termo toponímia e apropriamo-nos do conceito de léxico toponímico definido por Isquierdo (2012, p. 116) como o conjunto de “unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com o fim precípua de nomear um lugar”

Tonar-se importante lembrarmos que é fundamental não confundir o nome do lugar com o local propriamente dito, isto é, o topônimo “não é o lugar em si, mas uma de suas representações, carregando em sua estrutura sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador”. (CARVALHINHOS, 2009, p. 83). Logo, nosso interesse não são as localidades em si mesmas, mas a estrutura sêmica toponímica, os possíveis sentidos atribuídos a seus nomes próprios e suas possíveis motivações.

Dessa forma, refletirmos sobre estas unidades lexicais é retratar a história sociocultural da constituição do léxico toponímico da língua portuguesa no país, na medida em que veiculam em seu conteúdo semântico características ideológicas, fatos políticos, culturais e históricos, como, também, mostrar os fundamentos do nome próprio em uma civilização.

Com efeito, o acervo lexical toponímico corresponde a um *corpus* lexical vivo e funcional que se amplia e/ou se atualiza continuamente no léxico geral. Ele não é estático, não funciona simplesmente como uma relação inerte de palavras que identificam lugares, mas um feixe de possibilidades que pode condicionar e/ou influenciar o surgimento, a permanência e/ou a mudança destas manifestações toponímicas.

Com isso, podemos dizer que os nomes de cidades que constituem um recorte da expressão lexical da toponímia (re)adquirem diferentes aspectos da realidade de grupos sociais e são receptores e refletores de determinantes físicos e antropoculturais registrados numa memória toponímica de representações semânticas intencionais mediante as particularidades cristalizadas nos nomes de localidades. E ainda, que o nomeador é um sujeito situado social e historicamente inserido num tempo e num espaço determinado e “as unidades lexicais por ele escolhidas para designar uma localidade remetem à intencionalidade do ser humano em um determinado contexto” (MELO, 2016, p. 211).

É interessante apontarmos que a relação entre a intencionalidade do nomeador e a interpretação da comunidade não é estabelecida naturalmente, mas apenas mediada pelo signo toponímico tal como ela o percebe, inserido em um dado contexto situacional, dentro da cultura em que vivem.

É sob esse enfoque que o presente artigo propõe discutir a inserção do signo toponímico como palavra-entrada do enunciado-verbete em dicionários escolares monolíngues, impressos em língua portuguesa (do tipo três – dicionário padrão adequado a alunos das últimas séries do primeiro segmento do ensino fundamental), ancorado pela Metalexigrafia em diálogo com a Toponímia, trazendo uma contribuição nova relativa ao tema abordado.

O princípio norteador para este artigo se deu em função de não detectarmos essas unidades lexicais encabeçando verbetes em dicionários didáticos contemporâneos após uma análise do *corpus* lexicográfico das seguintes obras: Cegalla (2006), Ferreira (2006), Luft (2006), Santos (2006), Silveira Bueno (2007) e Bechara (2008), bem como não termos conhecimento, até onde foi possível saber, da existência de dicionário enciclopédico brasileiro do tipo escolar de nomes de cidades e que sejam disponibilizados para os alunos do Ensino Básico da rede pública no Brasil, como ocorre com os dicionários linguísticos de uso escolar supracitados.

Em virtude da lacuna deste tipo de obra lexicográfica no ambiente pedagógico, apontamos a urgente necessidade de elaboração de um Dicionário Enciclopédico Toponímico Brasileiro Escolar para se ter à disposição do estudante do Ensino Básico este tipo de obra lexicográfica, contemplando os signos toponímicos.

Cumpramos ressaltarmos que esses dicionários linguísticos de língua materna de uso escolar são materiais complementares atuais e considerados como excelentes em sua função pedagógica e, em alguns casos, avaliados e indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático – Dicionários (doravante PNLD/Dicionários 2006), do Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de prover as escolas do ensino fundamental da rede pública com as melhores obras deste gênero, entre as disponíveis no mercado editorial.

Por fim, destacamos que pela carência de investigações em Metalexigrafia Pedagógica no Português do Brasil que viabilizem o reconhecimento de um vocabulário básico adequado ao público escolar, muitas decisões para confecção de dicionários escolares ainda são tomadas com base na intuição, pois faltam pesquisas para subsidiá-las. Portanto, se faz mister a realização de reflexões sobre o fazer dicionarístico sob diferentes perspectivas, reconhecendo o dicionário como objeto multifacetado, do qual resultam várias formas de examiná-lo.

Logo, entendemos que este artigo se justifica à medida que poderá oferecer uma contribuição para a especialidade em questão, uma vez que não registramos, em abundância, estudos sobre a inserção do léxico toponímico neste gênero de obra de referência como aqui proposto.

A Toponímia e a Metalexigrafia: um percurso teórico-metodológico.

Este artigo se fundamenta a partir de uma interlocução teórica entre a Toponímia, compreendida como “o estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista” (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18), e a Metalexigrafia pedagógica, compreendida como a aplicabilidade dos conhecimentos lexicográficos teóricos no fazer dicionarístico no âmbito discursivo escolar.

A Toponímia – do ponto de vista linguístico – consiste em um recorte do léxico de uma língua; consiste num ramo da Onomástica (do grego antigo ὀνομαστική, ato de nomear, dar nome) que possui como eixo central de seus estudos o signo toponímico, seus significados, sua etimologia, sua formação, sua variação e mudança, como também os aspectos históricos, culturais e ambientais que influenciaram a criação de um nome a partir da intencionalidade que impulsiona o nomeador.

A pesquisa toponímica se desenvolve em uma linha documental e/ou de campo e segue o método onomasiológico – típico da Lexicologia –, em que o dado selecionado é observado, registrado, classificado, analisado e interpretado de acordo com a identificação dos fatores determinantes à configuração do *corpus*.

É lícito considerarmos a Onomástica toponímia “como um complexo línguocultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1990, p. 16). Constituindo-se em uma área dinâmica e de caráter interdisciplinar, não se limita apenas à investigação dos aspectos linguísticos e à categorização dos nomes de lugar, mas se volta também para a investigação das motivações que impulsionaram o nomeador no ato da nomeação.

Assim, compreendemos que o trabalho com o léxico toponímico – um patrimônio imaterial das localidades –, pode servir como um caminho para o conhecimento do modo de vida das comunidades linguísticas que ocupam um determinado ambiente.

Sob esse ponto de vista, Melo (2012, p. 66), explica-nos que os estudos toponímicos podem ser compreendidos “como um indicador cultural, uma vez que o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, cultura e sociedade”. Logo, quando se nomeia localidades de forma primitiva e/ou quando se muda estas denominações ao longo do tempo, diferentes fatores podem motivar na escolha e/ou na mudança do topônimo, tanto de ordem físico-ambiental quanto na ordem antropocultural.

Assim, os estudos toponímicos proporcionam a compreensão de traços linguísticos e do homem denominador e, conseqüentemente, permitem a percepção de vestígios das contribuições relativas aos aspectos do meio geofísico e sociocultural em que os topônimos foram gerados e suas transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, eles podem ajudar os aprendizes a conhecer as palavras, estabelecer relações entre as coisas e seus nomes, oferecer significados, informações gramaticais e informações para codificação entre outras. Daí a importância que os dicionários de uso escolar registrem as inovações vocabulares que vão surgindo na toponímia e se incorporando à língua geral, como reflexo da evolução da sociedade contemporânea.

Se assim é, acreditamos que a obra lexicográfica, no ambiente discursivo escolar, pode assumir diversos papéis, respondendo a questões sociais, históricas, culturais, ideológicas, entre outras e não apenas questões linguístico-gramaticais. Podendo proporcionar, aos jovens alunos, conhecer diferentes usos de palavras e estabelecer relações entre os referentes e seus nomes.

Já no campo da Lexicografia, podemos destacar que se trata de uma área do conhecimento linguístico que se “ocupa de todas as questões relativas aos dicionários, tanto no que diz respeito a seu conteúdo científico (estudo do léxico) quanto à sua elaboração material e às técnicas adotadas em sua realização” (DAPENA, 2004, p. 24). Ela divide-se em dois grupos – o primeiro, a Lexicografia Prática, que se refere à produção dos dicionários, e o segundo, a Lexicografia Teórica (também denominada de Metalexigrafia), que tem por objetivo o exame do dicionário já pronto e pode ser compreendida em duas perspectivas:

(i) como técnica de montagem de dicionário, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estrutura de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes etc.; (ii) como teoria, procura estabelecer um conjunto de princípios que permitam descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar as informações pertinentes. (BORDA, 2003, p. 15)

Este artigo enquadra-se na segunda perspectiva, ou seja, o campo de estudos da Metalexigrafia.

Na atualidade, a obra lexicográfica de uso escolar tem despertado o interesse de muitos pesquisadores sobre o fazer dicionarístico no campo da Lexicografia pedagógica. Dentre os que compartilham dessa posição, convém ressaltarmos as palavras de Gomes, ao observar que:

Começa-se a delinear critérios e paradigmas para construção de propostas lexicográficas adequadas ao público e à realidade brasileira, oferecendo como

produto final dicionários, de fato, escolares e não meros recortes de obras mais amplas da língua portuguesa. (GOMES, 2011, p. 153)

É nesse contexto que se encontra a Metalexigrafia escolar. Esse ramo da Lexicografia Teórica ganha cada vez mais espaço no Brasil e tem como finalidade o fazer crítico de obras lexicográficas escolares existentes, com o intuito de gerar reflexão linguística e metodológica sobre o próprio objeto de estudo, o dicionário escolar, específico por seu público-alvo, configuração gráfica, discurso lexicográfico e finalidade pedagógica.

Neste artigo, buscamos dialogar teoricamente com a Toponímia e a Metalexigrafia na defesa da tese de inclusão dos nomes de cidades no repertório dos dicionários escolares monolíngues impressos em língua portuguesa, uma vez que na aquisição da linguagem, segundo Marcondes (1992, p. 41) *apud* Martelotta (2012, p. 89), “o que se adquire não é pura e simplesmente uma língua, com suas regras especificamente linguísticas, mas todo um sistema de práticas e valores, crenças e interesses a ele associados”. Com efeito, a pertinência e o escopo da seleção vocabular em obras lexicográficas de uso pedagógico são de sua relevância, pois é para os sujeitos da linguagem que um item lexical faz sentido com todas as suas implicações semânticas, discursivas e ideológicas.

O signo toponímico e o texto lexicográfico didático-pedagógico: a inclusão da toponímia no dicionário escolar

O signo toponímico – objeto de estudo da Toponímia –, consiste no signo linguístico em função onomástica toponímica designativa de um espaço geográfico e/ou humano, “identificar acidentes geográficos [ou humanos], significando, é, sem dúvida, a primeira qualidade que se infere do signo toponímico” (DICK, 1990, p. 365). Com efeito, estudá-lo é compreendê-lo em suas diversas potencialidades, identificando as razões que fazem com que o falante escolha um nome, dentro de um eixo de possibilidades sêmicas, para designar um lugar, desvendando pontos de convergências entre léxico toponímico e mundo exterior.

Funcionalmente, o topônimo representa uma dupla marca linguística, exercendo não apenas um papel sígnico no universo do discurso, mas, também, funcionando como suporte de identificação, sendo símbolos ideológicos ou do imaginário popular que apontam direções, caminhos físicos ou posições situacionais.

Quanto aos processos de formação lexical que os caracterizam, podem ser elemento específico simples, elemento específico composto e elemento composto híbrido conforme sua estrutura morfossintática.

O topônimo compreende dois termos: o primeiro, chamado de elemento genérico, que é relativo à entidade geográfica que será denominada identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes; e o segundo termo é o elemento específico que se refere ao denominativo, é o topônimo propriamente dito, é o que particulariza a noção espacial. Em outras palavras, “o topônimo, em sua formalização na nomenclatura onomástica, liga-se ao elemento geográfico que identifica, com ele constituindo um conjunto ou uma relação binômica” (DICK, 1992, p. 10).

Esses locativos fazem parte de um vocabulário histórico, neles podemos reconhecer informações que se inter-relacionam com a Toponímia e o mundo biossocial.

É interessante notarmos, ainda, que o signo toponímico se contrapõe ao signo linguístico pela sua motivação, porém não há uma relação direta entre linguagem e mundo, e, sim, um trabalho social designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica vai se construindo situadamente. Assim, é por meio da língua que dados são fornecidos para que se possa recuperar simbolicamente a realidade sociocultural e histórico-geográfica de um povo na construção do significado linguístico.

É nessa linha de pensamento que podemos dizer que o signo toponímico apresenta parâmetros motivadores de ordem física e/ou antropocultural na conversão de um signo linguístico que é arbitrário e imotivado para um signo toponímico na função onomástica que se caracteriza por apresentar uma motivação.

Com isso, os signos toponímicos são veículos de cultura, marcam influências, usos e costumes, atitudes, tradições e falares. Eles atuam na construção de sentidos, em seus objetivos pragmáticos e discursivos, ressaltando a relação simbólica existente entre o linguístico e seu contexto extralinguístico na ação de nomear lugares.

Daí, percebemos, pois, o valor patrimonial destes locativos. Conforme assinala Dick, (1996, p. 337), o topônimo “vai deixando de ser apenas um instrumento de marcação ou de identificação de lugar para se transformar em um fundo de memória, de natureza documental tão valiosa e significativa como os textos escritos”. Logo, deveriam estar inclusos no *corpus* lexicográfico dos dicionários escolares, uma vez que neste gênero discursivo específico de obra didática “uma de suas funções historicamente mais importantes tem sido precisamente a de estabilizar sentidos e usos.” (ILARI & CUNHA LIMA, 2011, p. 27).

Ao tratar sobre a questão do não-acolhimento dos topônimos pelo texto lexicográfico, Schmitz (1991) *apud* Schmitz (1997, p. 59) já nos alertava, no século passado, para a necessidade desse registro no fazer dicionarístico, afirmando que:

A inclusão de topônimos nos dicionários-padrão dos diferentes países de língua portuguesa faria com que as referidas obras lexicográficas fossem mais ricas do ponto de vista cultural, se uma mostra de principais cidades e rios dos respectivos países fosse arrolada nas mesmas. (...) com a presença desse tipo de informação, o dicionário se torna um documento básico da herança cultural de um povo.

Já no século atual, seguindo essa mesma perspectiva, Henriques (2011) e Carvalhinhos (2011) *apud* Xatara; Philippe e Humblé (2011), também advogam a favor da inclusão dos topônimos no texto lexicográfico. O primeiro defendeu a lematização da toponímia no dicionário geral e a segunda destacou a relevância de explicitação etimológica a que pertence o topônimo e a sua localização geográfica num dicionário geral.

Cumpramos enfatizar que os autores supracitados – Schmitz (1991), Henriques (2011) e Carvalhinhos (2011) –, propõem a inserção dos topônimos em dicionários gerais (dicionário-padrão, dicionário linguístico).

No entanto, considerando que faz parte das características de dicionários linguísticos o não acolhimento de topônimos, defendemos a inclusão de nomes de cidades brasileiras em dicionários enciclopédicos de uso escolar de língua portuguesa, por entendermos que essas unidades lexicais se adequem melhor à finalidade desse tipo de obra lexicográfica, tendo em vista que os dicionários enciclopédicos procuram associar à palavra-entrada o máximo possível de dados e informações a respeito do referente que ela designa.

Sendo assim, entendemos que proposta de inserção de topônimos no texto dicionarístico de uso escolar se torna possível quando levamos em consideração uma interlocução entre as áreas temáticas da Toponímia e da Metalexicografia pedagógica.

Nos dias de hoje, os dicionários se constituem como recurso didático-pedagógico fundamental e podem contribuir para o processo de aquisição do léxico por parte dos aprendizes, ajudando-os em suas necessidades de aprendizagem e consolidação, da leitura e da escrita.

Cumpramos ressaltar que o PNLD/Dicionários 2006, em sintonia com os instrumentos oficiais que regulam o ensino de língua no país, elegeu o português brasileiro e a língua contemporânea como objetos por excelência dos dicionários escolares.

Desde o início deste século, os dicionários escolares de língua portuguesa têm sido objeto de intenso interesse no Brasil. Eles consistem em um valioso instrumento de aquisição lexical.

Ao tratar sobre o dicionário de uso escolar, Ranchel (2011, p. 38) explica-nos que:

Um produto cultural como este é objeto de discussões em ao menos quatro esferas distintas: a acadêmica (no âmbito da lexicologia pedagógica, por exemplo), a prática didático-pedagógica, a da produção editorial (e/ou o da prática lexicográfica) e das políticas públicas voltadas para o livro didático e a leitura, em especial as do âmbito educacional.

Os dicionários monolíngues de uso escolar envolvem conhecimentos não apenas linguísticos, mas também conhecimentos extralinguísticos na construção de sentidos.

Dentro desta perspectiva, o texto lexicográfico pode construir sentidos que podem ser atribuídos aos nomes de lugares na produção e/ou recepção textual, assim como desvelar possíveis discursos vinculados a essas materialidades linguísticas e que não são levados a cabo em nossos dicionários escolares monolíngues impressos em língua portuguesa.

Com isso, surge um problema macroestrutural quantitativo e qualitativo para o lexicógrafo, uma vez que nas referidas obras lexicográficas de cunho pedagógico também não identificaremos os diversos saberes e dizeres que se materializam por meio da linguagem em topônimos e como estas unidades lexicais podem agregar sentidos e valores que são veiculados na e para a comunidade.

Vale apenas assinalarmos que a seleção macroestrutural da obra escolar deve buscar suprir as necessidades de aprendizagem de seu público-alvo, incluindo palavras que façam parte das áreas do conhecimento com as quais ele tem contato nas diversas disciplinas escolares. Nesse sentido, os topônimos, em sua construção de sentido, se vinculam aos contextos tanto linguísticos como socioculturais. Dessa forma, dialogando com diferentes áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva, Coroa (2011, p. 67) chama-nos a atenção para o fato de, como integrante de práticas discursivas, “o dicionário constitui-se em produtivo instrumento de fazer linguístico: é mais um dos elementos simbólicos de que cidadãos leitores e produtores de textos dispõem para construir, e reconstruir, redes de significações e constituir sujeitos. ”

Assim sendo, os topônimos adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear lugares, pois podem designar várias iniciativas, como também, podem ser utilizados para propósitos muito diferentes e proceder de diversas intencionalidades.

Com efeito, advogamos que eles não servem apenas para identificar lugares, ou seja, eles não teriam apenas uma função de referencialização espacial, mas uma representação intencional e objetiva na qual o nomeador, por meio da língua, dá a conhecer, a partir da atividade linguística, uma demarcação expressiva de poder, de posse, de identidade de domínio

geográfico de dado(s) grupo(s), sendo, portanto, de suma relevância no léxico da língua e, conseqüentemente no contexto do dicionário escolar.

No caso do dicionário de caráter escolar monolíngue impresso em nossa língua materna, compreendido como gênero discursivo específico, consiste em um produto linguístico, mas também, um produto histórico, cultural, social, temporal, econômico e ideológico, uma vez que seu repertório lexicográfico está condicionado ao momento histórico no qual ele é produzido; à situação cultural em que ele é gerado; ao valor de autoridade que lhe é atribuído; à vigência das informações nele contidas; ao custo econômico que implica em sua elaboração e aquisição; e à representação do mundo que ele oferece.

Nesse aspecto, essas obras lexicográficas escolares também assumem diversos papéis, respondendo a questões sociais, pragmáticas, culturais, ideológicas, didáticas, entre outras, e devem ser vistos sob nova perspectiva.

Lembrando que todo discurso é produzido em um determinado momento histórico-social para responder às necessidades de produção e reprodução da existência do ser humano, todo discurso é ideológico, nenhum discurso nasce do nada, mas de uma interlocução com outros discursos. Cremos ser fundamental desvendar as dimensões discursivas que configuram e caracterizam os efeitos de sentidos no léxico toponímico para a inserção destes signos linguísticos em função onomástica em dicionários escolares, uma vez que o verbete lexicográfico se constitui de informações semânticas e pragmáticas que se integram e se complementam na construção do sentido.

Considerações finais

Os nomes de cidades recebem influências internas e externas à língua que podem ser únicas ou combinadas. Essas motivações toponímicas podem vir das condições geofísicas, históricas, culturais, sociais, etimológicas, semânticas, linguísticas, entre outras. Com efeito, estes designativos trazem informações diretas ou indiretas referentes à história da localidade e/ou do grupo social que constitui o local nomeado.

Ainda que discutível, é inegável a relevância dos nomes de cidades brasileiras no acervo lexical geral da língua portuguesa, não apenas no mundo onomástico toponímico. Todavia, eles ainda não estão registrados em nossos dicionários linguísticos escolares, como também não há dicionário enciclopédico brasileiro do tipo escolar que contemple os signos toponímicos.

Daí, a partir de uma observação nos seguintes dicionários escolares monolíngues impressos em língua portuguesa: Cegalla (2006), Ferreira (2006), Luft (2006), Santos (2006), Silveira Bueno (2007) e Bechara (2008), o presente artigo buscou discutir o não acolhimento de nomes de municípios brasileiros no *corpus* lexicográfico destas referidas obras de uso escolar.

Nesta reflexão, concordamos que não é desejável nos dicionários didáticos a presença de registros raros de uso da língua, mas, sim, unidades lexicais comuns e frequentes. Portanto, propomos a inserção dos nomes de cidades brasileiras com a justificativa de que estes signos toponímicos não são registros raros de uso da língua portuguesa, tanto em sua modalidade oral como escrita, mas, pelo contrário, eles estão presentes na vida diária quando se usa a língua em diferentes práticas sociais.

E ainda, os signos toponímicos não são usados apenas com a função identificadora como elementos de referência espacial, mas, sobretudo, como elemento pragmático e discursivo de organização social e espacial.

Sendo assim, são veículos de cultura, marcam influências, usos e costumes, atitudes, tradições e falares, atuando na construção de sentidos, ressaltando a relação simbólica de caráter línguo-cultural na ação de nomear unidades político-administrativas municipais (cidades). Logo, eles deveriam ser alçados à categoria de palavra-entrada de verbetes em obras lexicográficas enciclopédicas pedagógicas.

Com efeito, advogamos o uso dos dicionários escolares como práticas pedagógicas discursivamente situadas, e sua importância como objeto de reflexão, como veículo de armazenagem e recuperação dos fatos linguísticos e extralinguísticos, além de obra de consulta e de pesquisa.

Por fim, ressaltamos que trabalhos sobre o uso dos dicionários enciclopédicos escolares como práticas pedagógicas discursivamente situadas e sua consideração como objeto de reflexão têm importância indiscutível na área de Educação e Linguagem. Logo, entendemos que este artigo se torna relevante à medida que poderá fornecer, enquanto reflexão científica, uma contribuição para a especialidade em questão: Metalexigrafia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECHARA, Evanildo. *Dicionário escolar de língua portuguesa*. Academia Brasileira de Letras, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

BORBA, F. da Silva. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: UNESP, 2003.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Interface onomástica / literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra de memórias da Rua do Ouvidor, de Joaquim Manuel de Macedo. *Cadernos do CNLF/ CIFEFIL*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 10, pp. 83-99. 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

COROA, Maria Luzia. Para que serve um dicionário? In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Dicionários Escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, pp. 61-72.

DAPENA, José-Álvaro Porto. *Manual de técnica lexicográfica*. Ed. Arco/ Libros, S. L, 2004. 367 p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

_____. *A dinâmica dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo: 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio Júnior: Dicionário escolar da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2006.

GOMES, Patrícia Vieira Nunes. Aquisição lexical e uso do dicionário escolar em sala de aula. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Dicionários Escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, pp. 141-154.

ILARI, Rodolfo; CUNHA LIMA, Maria Luzia. Algumas ideias avulsas sobre a aquisição do léxico. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Dicionários Escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, pp. 61-72.

ISQUERDO, Aparecida. Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, pp. 115-139.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ática, 2006.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MELO, P. A. G. de. Uma interface língu-cultural: um estudo onomástico em topônimos da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco. In.: *MEMENTO, UNINCOR*, Minas Gerais, v. 3, n. 1, jan-jul. 2012.

_____. Educação e linguagem: a necessidade de elaboração de dicionário enciclopédico escolar brasileiro focando os signos toponímicos. In.: *TRAMA*. Paraná, v. 12, n. 24, 2016, pp. 209-228.

RANGEL, Egon de Oliveira. Dicionários escolares e políticas públicas em educação: a relevância da proposta lexicográfica. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Dicionários Escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, pp. 61-72.

SALAZAR-QUIJADA, A. *La toponímia em Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SANTOS, Geral Mattos G. dos. *Dicionário Júnior da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2006.

SCHMITZ, John Robert. Rumos e tendências na lexicografia brasileira. In: *Corpo e voz*, Araraquara: UNESP, 1997.

SILVEIRA BUENO, Francisco da, *Dicionário global escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Global, 2007.

XATARA, Cláudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ, Philippe René Marie (orgs). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

Recebido em: 28 de fevereiro de 2016.

Aceito em: 31 de março de 2016.